

25º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** da prova objetiva e a transcrição das respostas para o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** da prova discursiva.
2. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente este **caderno** que contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C,D), e 05 (cinco) questões discursivas, distribuídas da seguinte forma:

QUESTÕES OBJETIVAS	
Direito Civil	de 01 a 08
Direito Constitucional	de 09 a 16
Teoria Geral do Processo	de 17 a 20

QUESTÕES DISCURSIVAS	
Direito Civil	de 01 a 02
Direito Constitucional	de 03 a 04
Teoria Geral do Processo	05

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **cartão-resposta** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura ótica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura ótica;
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**:
 - será eliminado o candidato que inserir seu **nome** ou **assinatura** em qualquer parte do **caderno**, ou qualquer outro sinal fora da área própria para preenchimento;
 - ao terminar a transcrição para o caderno definitivo **destaque o canhoto**, ele é seu comprovante e contém o código criptografado identificador de sua prova.
5. Não haverá substituição parcial ou integral do **CARTÃO-RESPOSTA** ou do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, por erro do candidato.
6. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor; e o **telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova, **até a retirada do candidato do respectivo local**;
7. **Somente** após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato **poderá** entregar o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** e **retirar-se** do recinto de realização da prova .
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e os **CADERNOS DE RESPOSTAS DEFINITIVOS**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no site www.rio.rj.gov.br/concursos.

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO CIVIL

01. No que tange à interpretação dos negócios jurídicos, assinale a opção correta:
- (A) prevalece a concepção subjetivista, segundo a qual cabe ao intérprete buscar, *tout court*, na declaração negocial, a real intenção do agente
- (B) prevalece a concepção objetivista, segundo a qual a intenção do agente deverá ser relegada a segundo plano, na medida em que tem maior relevância a vontade concreta, como foi declarada
- (C) a boa-fé objetiva constitui critério primordial, passando o negócio jurídico a expressar uma ordem de cooperação
- (D) admite interpretação extensiva à renúncia, assim como os negócios jurídicos gratuitos
02. Constituem fontes das obrigações:
- (A) o contrato, o quase-contrato, o delito e o quase-delito
- (B) o negócio jurídico, o ato ilícito e a lei
- (C) a vontade humana de forma geral, nela abrangidos o negócio jurídico e as situações de fato
- (D) o negócio jurídico, a lei e o enriquecimento sem causa
03. Certo comerciante se obriga a fornecer determinados materiais de construção a um empreiteiro, quando as paredes do prédio que este edifica tiverem alcançado determinada altura. Denominamos esta cláusula:
- (A) termo certo
- (B) condição resolutiva
- (C) condição suspensiva
- (D) condição meramente potestativa ilícita
04. Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **ERRADA**:
- (A) o testamento é um negócio jurídico, embora exija apenas a vontade de uma pessoa
- (B) um incapaz, por seu representante legal, pode se obrigar em um negócio jurídico
- (C) é possível celebrar um contrato cujo objeto é, *a priori*, indeterminado, sendo possível sua futura determinação
- (D) condição é um elemento essencial do negócio
05. A declaração de inconstitucionalidade de uma norma importa em:
- (A) revogação da norma anterior
- (B) ripristinação da norma anterior
- (C) suspensão da norma anterior
- (D) invalidação da norma anterior
06. De acordo com as regras do domicílio, julgue os itens seguintes:
- I - Se alguém puder ser encontrado, habitualmente, em determinado endereço no qual se sabe que pernoita, este será seu domicílio.
- II - O domicílio do servidor público é o local onde ele exerce suas funções com caráter de permanência.
- III - Ao estabelecer os requisitos para determinação do domicílio civil, afastando-o do conceito de residência, a lei civil optou por acolher a unidade de domicílio.
- Estão certos apenas os itens:
- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) todos os itens estão certos
07. Acerca dos fatos jurídicos, marque a alternativa correta:
- (A) A fraude contra a execução é um defeito do negócio jurídico, caracterizando-se como vício de consentimento, atingindo a declaração de vontade das partes do negócio jurídico.
- (B) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, por inexperiência ou sob premente necessidade, obriga-se ao cumprimento de prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, gerando um lucro exagerado ao outro contratante. Nessa hipótese, a pessoa pode demandar a nulidade do negócio jurídico, dispensando a apuração de dolo ou má-fé da outra parte.
- (C) A reserva mental caracteriza-se pela não-coincidência entre a vontade real e a declarada, com o propósito de enganar a outra parte. Se for desconhecida pelo destinatário, a manifestação de vontade subsiste mesmo que apresente tal vício.
- (D) O negócio jurídico realizado com infração à norma de ordem pública, mesmo depois de declarado nulo por sentença judicial, caso tenha por objeto direito disponível, poderá ser ratificado pelas partes, convalidando o ajuste firmado.

08. Assinale a alternativa correta em relação a prescrição e decadência:
- (A) A prescrição e a decadência podem ser interrompidas mais de uma vez, desde que por motivos diferentes.
 - (B) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveitará aos demais. No entanto, a interrupção operada contra o devedor principal não atinge o fiador, a favor do qual continua a correr a prescrição.
 - (C) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, inclusive em sede de recursos extraordinário ou especial, podendo, ainda, o juiz suprir, de ofício, a alegação.
 - (D) Não corre o prazo de decadência contra os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Em relação ao IPTU, pode-se afirmar que:
- (A) denota capacidade contributiva
 - (B) não admite progressividade fiscal
 - (C) incide sobre a posse
 - (D) pode ter sua base de cálculo abstrata fixada em decreto
10. No que tange ao ITBI, é correto afirmar que:
- (A) compete ao Município onde se situa o domicílio do adquirente do bem
 - (B) não incide sobre a transmissão de bens decorrentes de cisão de pessoa jurídica
 - (C) pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel
 - (D) incide sobre a cessão gratuita de direitos à aquisição de imóveis
11. Sobre os princípios jurídicos e normas de interpretação constitucional, assinale a opção correta:
- (A) os princípios constitucionais identificam as normas que expressam decisões políticas fundamentais, valores a serem observados em razão de sua dimensão ética ou fins públicos a serem realizados, podendo referir-se tanto a direitos individuais como a interesses coletivos
 - (B) pelo seu caráter abstrato e em razão do seu grau de indeterminação, os princípios jurídicos não são considerados, sob o prisma constitucional, normas jurídicas
 - (C) todas as normas constitucionais desempenham uma função útil no ordenamento jurídico, mas, diante de contradição entre elas, as normas materialmente constitucionais têm primazia sobre as que veiculam conteúdo formalmente constitucional
 - (D) no caso de normas infraconstitucionais de vários significados, o intérprete constitucional deve, como regra, promover o descarte da lei ou do ato normativo cuja constitucionalidade não seja patente e inequívoca
12. Em se tratando de política urbana, o plano diretor constitui instrumento:
- (A) pelo qual a União estabelece diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes
 - (B) obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes, podendo os Estados, em suas respectivas Constituições, estabelecer a obrigatoriedade da adoção de plano diretor para municípios com população inferior a esse limite
 - (C) básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo ser aprovado pela Câmara Municipal e Assembléia Legislativa, quando o Município integrar região metropolitana
 - (D) pelo qual o Município dá cumprimento à função social da propriedade urbana ao exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não-edificado ou subutilizado que promova o seu adequado aproveitamento, sob pena, inclusive, de parcelamento ou edificação compulsórios
13. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a opção **INCORRETA**:
- (A) qualquer órgão judicante do Poder Judiciário pode deixar de aplicar determinada norma jurídica por considerá-la inconstitucional
 - (B) ao Chefe do Poder Executivo municipal é lícito não aplicar determinada norma jurídica por reputá-la inconstitucional
 - (C) uma lei complementar é formalmente inconstitucional ao regulamentar questões que a Constituição delega à lei ordinária
 - (D) é possível o controle abstrato de constitucionalidade de decreto como normas genéricas
14. Assinale a opção correta:
- (A) pessoas jurídicas são titulares de certas garantias fundamentais
 - (B) a propriedade é uma garantia fundamental da pessoa humana e nenhuma disposição poderá ser prevista em legislação municipal
 - (C) o lazer é um direito fundamental da pessoa humana
 - (D) por conta de eventuais crises econômicas, é lícito ao constituinte derivado revogar determinadas garantias fundamentais de segunda geração
15. Sobre o precatório se pode afirmar que, para fins de pagamento, é meio de:
- (A) requisição e novação judicial
 - (B) requisição e depósito judicial
 - (C) requisição e cessão judicial
 - (D) cessão e compensação judicial

16. Quanto à investidura em cargos públicos é correto afirmar que depende de concurso público de provas ou de provas e títulos:
- (A) apenas a primeira investidura em cargo de provimento em comissão
 - (B) apenas a primeira em cargo de provimento efetivo
 - (C) apenas a primeira e a segunda investiduras em cargo de provimento em comissão
 - (D) qualquer investidura em cargo de provimento efetivo

TEORIA GERAL DO PROCESSO

17. São condutas que orientam o tratamento entre o Advogado, o Juiz, o Órgão do Ministério Público e os Auxiliares do Poder Judiciário:
- (A) inexistência de hierarquia, tratamento com consideração e respeito recíprocos
 - (B) inexistência de hierarquia, preferência de atendimento ao Promotor de Justiça e respeito aos advogados
 - (C) cordialidade, serenidade e respeito à hierarquia do juiz
 - (D) cordialidade, acatamento às determinações dos agentes cartorários e respeito
18. Acerca da resposta do Réu, assinale a opção correta:
- (A) na contestação, o Demandado pode apresentar todos os seus argumentos de defesa, inclusive aquele que diz respeito à incompetência relativa do juízo
 - (B) a reconvenção deve ser apresentada juntamente com a contestação
 - (C) a exceção de suspeição deve ser suscitada pelo Juiz ao conhecer da resposta do Réu
 - (D) a litispendência não pode ser suscitada na contestação

19. João propôs uma ação ordinária contra o Município do Rio de Janeiro, requerendo a condenação do Ente Público ao pagamento de indenização por danos materiais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e indenização por danos morais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O valor atribuído à causa deve ser:
- (A) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de menor valor
 - (B) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de maior valor
 - (C) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pois, sendo o caso de pedido subsidiário, o valor da causa corresponderá ao pedido principal
 - (D) R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) pois, havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma dos valores de todos eles
20. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade prevista no art. 102 da Constituição da República, é correto afirmar que pode ser proposta por:
- (A) qualquer cidadão
 - (B) Secretário Municipal de Governo
 - (C) partido político com representação no Congresso Nacional
 - (D) cooperativa de trabalhadores

QUESTÕES DISCURSIVAS

DIREITO CIVIL

01. De acordo com a legislação civil vigente, como se classificam os bens públicos? (20 pontos)
02. É possível a criação de um novo tipo de pessoa jurídica não prevista em lei? Exemplifique, se possível. (20 pontos)

DIREITO CONSTITUCIONAL

03. Discorra sobre a condição do candidato aprovado em concurso público. (20 pontos)
04. Pode o Município do Rio de Janeiro legislar sobre o funcionamento de farmácias e drogarias, ao argumento de ordenar o comércio local dos bairros da cidade? Justifique sua resposta. (20 pontos)

TEORIA GERAL DO PROCESSO

05. Qual a diferença entre renúncia ao direito e desistência do pedido? (20 pontos)

